

INSTITUIÇÕES ÚTEIS PARA CONSULTA:

Instituto Rio Patrimônio da Humanidade - para informações relativas à legislação de preservação e procedimentos
R. Gago Coutinho, 52, 3º andar. Laranjeiras. Tel.: 2976-6626

Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização Urbanística - AP 1 e 2 da Secretaria Municipal de Urbanismo

2ª Gerência de Licenciamento e Fiscalização Tijuca - Rua Almirante Cochrane, 11 - para informações relativas à legislação edilícia e urbana vigentes

8ª IRLF (Tijuca) - Rua Pereira de Siqueira, 43
9ª IRLF (Vila Isabel) - Rua Visconde de Santa Isabel, 34

INSTITUIÇÕES ÚTEIS PARA PESQUISA:

Arquivo Geral da Cidade (construções até a década de 1920) - Rua Amoroso Lima, 15. Cidade Nova. 2273-3141

Arquivo Geral da Secretaria Municipal de Urbanismo (construções a partir da década de 1930) - Av. Monsenhor Félix, 512 - Irajá
Arquivo Nacional - Praça da República, 173. Tel.:2179-1228

Fundação Casa de Rui Barbosa - Rua São Clemente, 134 - Botafogo. Tel.:3289-4600
Biblioteca Nacional - Av. Rio Branco, 219 - Centro. Tel.: 2220-9484 e 3095-3879
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - Av. Augusto Severo, 8/10º andar

Guia das APACs

Entorno da Fábrica Confiança Boulevard

Entorno do Colégio Militar

Entorno do Colégio Batista Shepard

01

02

03

04

05

06

07

08

09

10

11

12

13

14

n.15

16





Ano II Nº 1 2012

IRPH – Instituto Rio Patrimônio da Humanidade

Rua Gago Coutinho, 52, 3º andar

CEP: 22.221-070 – Laranjeiras – Rio de Janeiro – RJ

Tel: (21) 2976-6626 Fax: (21) 2976-6615

www.rio.rj.gov.br/patrimonio

Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro

Eduardo Paes

Vice-prefeito

Carlos Alberto Vieira Muniz

Secretário da Casa Civil

Guilherme Nogueira Schleder

Presidente IRPH

Washington Menezes Fajardo

Coordenadora de Projetos e Fiscalização

Laura Di Blasi

Gerente de Cadastro, Pesquisa e Proteção

Henrique Costa Fonseca

Gerente de Conservação e Fiscalização

Luiz Eduardo Pinheiro da Silva

Textos

Equipe IRPH

Fotos

Acervo IRPH

Diagramação / Impressão / Acabamento

Ediouro Gráfica e Editora LTDA.

Arte-Final

Janaína Fernandes

Supervisão Gráfica e Editorial

Miguel Paixão

O que você precisa saber para licenciar obras em APAC?



O folder educativo e de orientação para a realização de obras em imóveis de Áreas de Proteção do Ambiente Cultural.



Distribuído gratuitamente no IRPH
Tiragem limitada



As Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC)

Por muito tempo, o único instrumento legal de proteção do patrimônio cultural no Brasil era o do **tombamento**, instituído pelo Decreto-Lei 25/37 para aquilo considerado como patrimônio histórico e artístico nacional e adotado pelas legislações estaduais e municipais. Protegiam-se, assim, bens culturais de valor excepcional, individuais ou conjuntos, mas de grande significado histórico ou artístico.

O Rio de Janeiro deu um passo à frente das demais localidades brasileiras ao criar um instrumento de proteção do patrimônio cultural diferente do tombamento, que conjugava preservação e desenvolvimento urbano: as **Áreas de Proteção do Ambiente Cultural – (APAC)**.

A criação das APACs, na cidade do Rio de Janeiro, teve início com o Projeto Corredor Cultural, em 1979, transformado em legislação municipal pelo Decreto 4.141 de 1983, e pela Lei 506/84, reformulada posteriormente pela Lei no 1.139/87. Esse projeto propôs a proteção das características arquitetônicas de fachadas, volumetrias, formas de cobertura e prismas de claraboias de imóveis localizados na Área Central de Negócios que não haviam sido alvo da ação renovadora do ambiente urbano que atingira o local nas décadas de 50 a 70 do século passado.

Em 1984, três outras áreas urbanas tiveram legislações específicas, com o nome de APA (Área de Proteção Ambiental)¹, a saber: bairro de Santa Teresa, Projeto SAGAS (bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo e parte do Centro) e Rua Alfredo Chaves, no Humaitá. A partir de então, outras tantas foram sendo criadas até atingirmos o número de 33, aí se somando as Áreas de Entorno de Bens Tombados.

Com a edição do primeiro Plano Diretor Decenal da cidade (1992), a APA se transforma em APAC, ficando aquela denominação apenas para os ambientes naturais.

Uma APAC é constituída de bens imóveis – casas térreas, sobrados, prédios de pequeno/médio/grande portes – passeios, ruas, pavimentações, praças, usos e atividades, cuja ambiência em seu conjunto (homogêneo ou não), aparência, seus cheiros, suas idiosincrasias, especificidades, valores culturais e modos de vida conferem uma identidade própria a cada área urbana.

Através da criação de uma APAC, a legislação urbana estabelece imóveis que poderão ser **preservados** (fachadas, coberturas – formas e materiais, volumetria, claraboias e outros elementos arquitetônicos relevantes); outros, **passíveis de renovação**², que poderão até ser substituídos, dentro de parâmetros que respeitem a ambiência preservada. A legislação da APAC pode, também, estabelecer novos parâmetros urbanos como, por exemplo, gabaritos para a área, atividades e usos adequados e condições de parcelamento do solo. Assim, criam-se as condições necessárias para que a cidade possa garantir sua memória urbana, preservando sua imagem cultural e, ao mesmo tempo, fomentando a adaptação da cidade à contemporaneidade. A APAC não é um instrumento saudosista, mas culturalista, acumulativo, permitindo que novos valores e significados possam ser agregados à identidade urbana, promovendo a dinâmica vital da cidade.

¹ Regulamentada pelo Decreto 7.612/88.

² Cf. PLANO DIRETOR DECENAL, Lei Complementar 111/2011.

Dentro do IRPH, a Gerência de Conservação e Fiscalização, através de seus três Escritórios Técnicos, tem a atribuição de promover a preservação desse patrimônio, através de um trabalho cotidiano de GESTÃO, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL e FISCALIZAÇÃO.

Nosso trabalho consiste na análise das intervenções físicas em todos os imóveis situados nas APACs, com a orientação direta aos moradores, proprietários e profissionais quanto à melhor forma de se manter, conservar e reformar tais imóveis e acompanhando as obras; fiscalizando as áreas urbanas e, também, propondo maneiras mais adequadas de se manter o ambiente protegido com condições de habitabilidade.

Na cidade do Rio de Janeiro existem 33 APACs e Áreas de Entorno de Bens Tombados (AEBT), cujas gestões se distribuem pelos três Escritórios Técnicos. O 1º Escritório Técnico abrange a APAC do Corredor Cultural. O 2º Escritório Técnico se estende desde o Centro e Santa Teresa até a Zona Oeste, passando pela Ilha de Paquetá. Por fim, o 3º Escritório Técnico tem, sob sua tutela, as APACs dos bairros da Zona Sul. Vale ressaltar que qualquer que seja a intervenção pretendida para as edificações, até mesmo uma simples pintura externa ou a colocação de um letreiro, assim como transformação de uso, esta deve ter a licença da prefeitura.

Portanto, quem desejar restaurar, conservar, reformar ou construir um imóvel dentro das APACs deve procurar um dos nossos Escritórios Técnicos e receber todas as orientações pertinentes para que seu projeto esteja em conformidade com as diretrizes da preservação dos bens culturais.

Arquiteto Luiz Eduardo Pinheiro da Silva – Gerente de Conservação e Fiscalização.

SUMÁRIO



| | |
|--|----|
| EVOLUÇÃO URBANA | 03 |
| ENTORNO DA FÁBRICA CONFIANÇA | 06 |
| BENS TOMBADOS PELA LEI n. 2.038/93 | 07 |
| BENS PRESERVADOS PELA LEI n. 2.038/93 | 08 |
| ENTORNO DO COLÉGIO MILITAR | 09 |
| BENS TOMBADOS PELO DECRETO n. 12.864/94 | 10 |
| BENS PRESERVADOS PELO DECRETO n. 12.864/94 | 10 |
| ENTORNO DO COLÉGIO BAPTISTA SHEPARD | 12 |
| BENS PRESERVADOS PELO DECRETO n. 24.133/04 | 13 |
| BENS TOMBADOS POR DECRETOS ESPECÍFICOS NAS ÁREAS DE PROTEÇÃO | 14 |
| MAPAS | 15 |



Primórdios - os jesuítas e o Engenho Velho

No final do século XVI, os engenhos de açúcar substituíram a mata nativa pelas plantações de cana. Os jesuítas, que desembarcaram com os primeiros exploradores, trataram de reservar para si boas parcelas do território da cidade de forma a transformá-las em campos próprios para o cultivo. Este foi o caso da Tijuca, que se originou de uma sesmaria doada aos jesuítas, onde construíram uma pequena igreja dedicada a São Francisco, ficando essa região conhecida como Engenho Velho, hoje a região da Grande Tijuca, composta pelos bairros da Tijuca, Maracanã, Andaraí e Vila Isabel. Apesar de contar com centenas de sítios no conjunto de suas fazendas, os jesuítas jamais permitiram dividir suas propriedades. Com a expulsão da Companhia de Jesus do Brasil, em 1759, sendo todos seus bens sequestrados e incorporados ao Fisco Real, suas terras foram leiloadas. Com a decadência do cultivo da cana-de-açúcar, os novos donos substituíram os canaviais por grandes chácaras onde plantavam frutas, legumes e hortaliças, mantendo o aspecto rural da região.



Século XIX - Zona Rural com hábitos urbanos

Durante grande parte do século XIX, a região da Tijuca foi um refúgio para parte da alta sociedade carioca que deixou seus registros na paisagem com belos solares em extensas propriedades, tornando-se um misto de zona rural ocupada por uma população com hábitos urbanos, que aos poucos foi modificando suas casas de campo para residências permanentes. Seu território possuía poucas estradas e uma vasta área verde com abundância de águas provenientes das nascentes dos morros da Floresta da Tijuca, e, até a década de 1850, era ocupada majoritariamente pelos donos destes solares. Sua lenta urbanização começou com a Fábrica das Chitas, por volta de 1820, que, assim como outras fábricas, foi atraída pela disponibilidade de águas e terras da região. Como consequência, os operários passaram a residir nas proximidades das fábricas elevando lentamente a densidade demográfica do bairro.

Segunda metade do século XIX - os melhoramentos urbanos

O impulso urbanizador da região ocorreu após a instalação, em 1859, de uma linha de bondes puxados a burro que ligava o Centro ao Alto da Boa Vista, e um conjunto de melhorias urbanas se seguiram (água encanada, gás, esgoto e iluminação), valorizando as terras e estimulando seus proprietários a lotear as suas propriedades. Como consequência da instalação dos bondes na área, procurou-se atrair capitais para os terrenos que se valorizaram com o advento da melhoria nos transportes, uma vez que a inserção da Tijuca na malha urbana do Rio de Janeiro passaria a concentrar investimentos na região. No entanto, esta atração de capitais não ocorreu e a companhia de bondes falhou devido às dívidas em 1866.

A partir da segunda metade do século XIX, o Rio de Janeiro sofreu um significativo aumento populacional resultando no adensamento das regiões centrais e adjacentes, tornando ainda mais evidente a necessidade de inves-

timento em políticas de infraestrutura para a cidade. Nesse período, foi retomada a intensificação do serviço de transporte público, para garantir o crescimento da cidade e de regiões como a Tijuca, marginais ao centro e que necessitavam de uma linha de transporte eficiente para se relacionar com o restante da cidade. Em 1898, recebeu os primeiros bondes movidos à eletricidade, responsáveis pela valorização das terras da Tijuca como opção de moradia e investimento.

Chácaras, palacetes e conjuntos fabris



O aumento populacional foi bastante rentável para os grandes proprietários de terra, que abriram ruas e venderam inúmeros lotes para a construção de moradias. As grandes propriedades e chácaras começaram a desaparecer, dando lugar a um cenário de caráter mais urbano e fabril. Essa fase de transição que o bairro experimentou foi responsável por um significativo movimento de ocupação de diversas camadas da sociedade, uma vez que as fábricas que se estabeleceram no bairro foram responsáveis pela atração de grande quantidade de trabalhadores que optaram por comprar terrenos nos recém-abertos loteamentos.

A consolidação da Tijuca se deu na década de 1920, principalmente devido ao salto populacional, ocorrido entre 1900 e 1940. A compra e o retalhamento das chácaras em lotes maiores por companhias imobiliárias proporcionou a construção de casas em centro de terrenos, os bangalôs, com quintal repleto de árvores frutíferas. As ruas Conde de Bonfim, São Francisco Xavier e Professor Gabizo apresentavam

as casas de maior porte. Estas mansões e palacetes constituem, atualmente, o registro do caráter elitista do bairro no período, devido à instalação das classes abastadas.



As obras de saneamento

Com o adensamento da Tijuca, os extensos rios tornaram-se empecilhos para a construção de residências e para sua urbanização, e as enchentes frequentes comprometiam o desenvolvimento urbano. Os rios também eram responsáveis pelos alagadiços que se configuraram como problemas ao final do século XIX e início do XX, fruto da fenomenal expansão populacional sofrida na região. Esses problemas só viriam a ser abordados após a administração Pereira Passos (1902-1906), e as medidas tomadas pelo prefeito Carlos Sampaio, a partir de 1920, demonstram a importância que a Tijuca adquiriu frente à dinâmica de crescimento da cidade do Rio.

As obras visando tornar o bairro livre dos problemas relacionados à água foram de grande importância, possibilitando o loteamento de terrenos em volta dos rios, inclusive nas proximidades do Rio Maracanã. Um trecho dessas obras ficou pronto em 1922, contribuindo para a diminuição das enchentes e dos problemas de saneamento no entorno do rio, viabilizando o loteamento e ocupação de áreas próximas. Este cenário atraiu muitos empreendimentos imobiliários para a região, uma vez que a Tijuca já possuía um sistema de transporte eficiente, assim como alternativas de entretenimento como os clubes.

A partir da década de 1930, a antiga aristocracia começou a trocar a região da Tijuca pelas novas áreas da Zona Sul da cidade e as grandes chácaras, os solares e os palacetes deram lugar a loteamentos e novas ruas. Aos poucos, a Tijuca e bairros periféricos vão deixando de ser local de residência das classes mais abastadas para também receber funcionários públicos, militares, comerciantes e profissionais liberais de algum poder aquisitivo. A partir desse período surgem pequenos prédios, casas de menor porte e vilas, mais rentáveis para os proprietários de terrenos. Alguns dos antigos imóveis se transformaram em hotéis, pensões, colégios e asilos.

O boom demográfico e a explosão imobiliária

Entre 1950 e 1980, a região sofreu uma série de transformações com efeitos dramáticos na qualidade de vida de seus moradores. A região da Tijuca voltou a crescer, em termos demográficos, mais que a cidade. Enquanto a cidade dobrou o número de habitantes, o bairro, por exemplo, apresentou um crescimento de 250%. Esta ampliação populacional foi acompanhada por um *boom* imobiliário que alterou drasticamente a feição urbanística daquela área. Muitas casas em centro de terreno foram demolidas e antigos quintais, loteados. Os espigões proliferaram.

No entanto, ainda resistem na Tijuca e arredores algumas áreas que guardam características de períodos passados da história do bairro. Algumas destas foram protegidas pelo município para preservar sua memória. Em 1991 foi tombada a antiga Companhia de Fiação e Tecidos Confiança Industrial, em Vila Isabel; e, em 1993, criada uma APAC no entorno deste conjunto fabril. Em 1994 foi tombado o tradicional Colégio Militar, juntamente com a Pedra da Babilônia, e, no entorno desses bens, foi preservado um conjunto arquitetônico. Em 2000 foi tombada outra tradicional instituição educacional da Tijuca, o Colégio Batista Shepard; e, em 2004, através de uma área de entorno do bem tombado, outro conjunto arquitetônico também foi protegido.



Antiga Fábrica Confiança



Entorno do Colégio Militar



Entorno do Colégio Batista



A Companhia de Fiação e Tecidos Confiança Industrial foi inaugurada em 1885, sendo uma das mais antigas fábricas do Rio de Janeiro. Erguida com capital inglês pela Buckley e Taylor Engineer, obedecia aos padrões da arquitetura industrial da Inglaterra do século XIX, sendo uma das responsáveis pela expansão do bairro de Vila Isabel.



Rua Artidoro da Costa, 106

O processo de industrialização gerou um rápido adensamento populacional, que trazia o problema da insalubridade das moradias operárias. Assim, a partir de 1882, constituiu-se uma indústria de construção de moradias populares subsidiada pelo estado. Esses conjuntos eram de alvenaria, com unidades separadas para diferentes tipos de famílias, além de moradias coletivas para solteiros, todas dispostas de banheiros, lavanderias, cômodos arejados e higiênicos ao longo de ruas pavimentadas, calçadas e iluminadas, dotadas de infraestrutura e sistema de abastecimento.



Rua Artidoro da Costa, 144

Na Vila Operária Confiança, as casas são construídas em fila e agrupadas umas ao lado das outras. Em alguns casos formando ruas internas, numa tipologia também conhecida como "avenida". Os conjuntos, com trechos bastante homogêneos, são dotados de edificações térreas e de dois pavimentos, todas independentes umas das outras, que mostram nas fachadas certa variação estilística em seus ornamentos, dentro do repertório eclético, alternando acabamentos de caráter mais erudito ou popular.



Rua Souza Franco, 27 a 33

Em 1991, o Decreto 10.459 tombou as edificações remanescentes da antiga Fábrica Confiança e as vilas ainda existentes em seu entorno. Pouco depois, em 1993, a **Lei Municipal nº 2.038** criou a Área de Proteção do Ambiente Cultural do Entorno da Antiga Companhia de Fiação e Tecidos Confiança, mantendo os imóveis já tombados e preservando outras edificações dentro da área delimitada.



Rua Araujo Lima, 37 a 113



Prédio remanescente do Conjunto Fabril,
na Rua Artidoro da Costa



Representativo do estilo industrial inglês do século XIX, onde está instalado o Supermercado Boulevard, as fachadas, a cobertura e seus elementos estruturais remanescentes da fábrica, bem como a chaminé da mesma.

Palacete do Barão de Drumond - escritório do supermercado; na Rua Artidoro da Costa

Conjunto arquitetônico remanescente da antiga Cia de Fiação Confiança

Rua Artidoro da Costa:

- casas de números: 37, 43, 47, 53, 57, 77, 83, 87, 91, 93, 101, 105, 109, 113, 144, 152 e 160
- todas as casas da vila de números: 106, 138 e 160 fundos
- todas as casas remanescentes e o piso pé-de-moleque da vila cujo acesso está situado em frente ao imóvel n° 58: número das casas existentes: I, II, III, IV, V e VI.

Rua Souza Franco:

- casas de números: 3, 27, 30 e 33

Rua Piza e Almeida:

- casas de números: 7, 9, 11, 13, 15, 17 e 19
- todas as casas remanescentes e o piso pé-de-moleque da vila n° 13: números das casas existentes: I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX e XX

Rua Maxwell:

- casas de números 206, 208, 210, 212, 214, 216, 218, 220, 222, 224, 226, 228 e 230
- casas de números: 213, 215, 217 e 219
- casas de números: 259 e 261
- todas as casas da vila existentes no local de número: 211

Rua Senador Soares:

- casas de números: 76, 78, 80 e 82

Rua Araújo Lima:

- casas de números: 194, 196, 198, 200, 202, 204, 206, 208, 210 e 212

Rua Silva Teles:

- casas de números: 91, 93, 114, 116, 118, 122, 124 e 126
- todas as casas das vilas existentes nos locais de números 95 e 120
- arquiabancada do Conjunto Esportivo Confiança, situado no número 104
- todos os elementos arquitetônicos existentes no conjunto fabril, elementos estruturais de acesso, fachadas, coberturas, chaminés, luminárias, postes, etc.





Rua Pontes Correia: 115 (vila), 119, 143, 145, 147 (vila), 149 (vila)

Rua Amaral: 91, 92, 96 (vila), 100, 110, 114 (vila), 116

Rua Silva Teles: 73, 75 (vila), 79, 104

Rua Araújo Lima: 183 (vila)

Rua Maxwell: 346 (vila), 348, 151 (vila), 169 (vila), 189 (vila)

Rua Senador Soares: 16 (vila), 36 (vila), 54 (vila), 27, 29, 31 (vila), 33, 35, 39, 41 (vila), 45

Rua Souza Franco: 83 (vila)

Rua Heitor Paranaçuá: 5





Colégio Militar



Fundado em 1889 por D. Pedro II como Imperial Colégio Militar, essa reconhecida instituição foi a primeira do seu gênero no Brasil e a única em território nacional até 1956. O prédio que abriga sua sede foi uma chácara de propriedade do Conde de Bonfim, José Francisco de Mesquita, e de seu filho, o Barão de Mesquita, Jerônimo José de Mesquita. O vasto terreno do colégio abriga, além desta edificação histórica, instalações para o desenvolvimento de atividades curriculares, para a prática de esportes e também a Pedra da Babilônia.



Referência para a história do ensino no Brasil, o Colégio Militar foi tombado pelo **Decreto nº12.864 de 29/04/94**. Esse decreto também tombou a Pedra da Babilônia e preservou alguns imóveis, protegendo o ambiente urbano no entorno dos bens.

Os imóveis preservados datam, principalmente, das primeiras décadas do século XX e podem ser agrupados em dois tipos: o primeiro, ao qual faz parte a maioria das edificações, localiza-se nas ruas junto aos limites do lote do colégio e é composto por antigas residências de classe média, com um ou dois pavimentos e implantação afastada das divisas do terreno, fazendo referência à arquitetura Eclética, Neocolonial e Normanda; o segundo tipo, encontrado no trecho entre a Pedra da Babilônia e a Rua São Francisco Xavier, onde um agradável recanto se forma na confluência das ruas Dulce, Lafayette Cortes e General Marcelino, é marcado por edifícios de três a quatro pavimentos, com predominância de elementos da arquitetura Neocolonial e ambiência urbana diferenciada.





Palacete Sede do Colégio Militar do Rio de Janeiro, na Rua São Francisco Xavier, 267



Pedra da Babilônia da sua cota 20m (vinte metros) até o seu topo



Anexo II

Rua Almirante Cochrane: 17, 21, 23, 53, 59, 67, 85, 89, 93, 103, 109; 04, 10, 12, 14, 36, 84, 92, 196, 216, 222, 228, 236

Rua Barão de Mesquita: 129, 133; 52, 52-a, 54, 64, 68, 76, 84, 86, 88, 92

Rua Comandante Prat: 07, 11, 15, 19, 23, 27, 35; 10, 14, 18, 22, 34

Rua Deputado Soares Filho: 73, 87, 99, 125, 137, 108, 118, 146

Rua Dulce: 175, 191, 207, 225, 243; 40, 70, 128, 138

Rua Professor La Fayette Cortes: 89, 105, 127, 155, 181, 241, 271; 34, 46, 58, 70, 84, 98, 100, 120, 134, 156

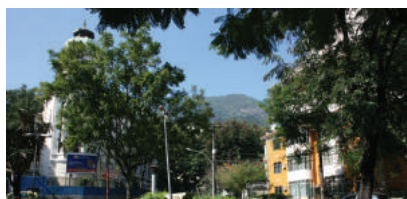
Rua Pareto: 02, 06, 08, 10, 24

Rua São Francisco Xavier: 161, 165, 185, 199

Rua Severino Brandão: 19, 23, 27, 31, 41; 14, 18, 30, 34, 40







A inauguração do Colégio Baptista se deu em março de 1908, com o objetivo de proporcionar aos batistas do Brasil uma educação de base evangélica. A primeira sede, localizada na Rua São Francisco Xavier, transferiu-se, em 1913, para a antiga Chácara dos Trapicheiros, que pertenceu ao Barão de Itacurussá. O colégio, um dos mais antigos e tradicionais do Rio de Janeiro, teve suas edificações tombadas pelo Decreto 19.342 de 27/12/00 e sua Área de Entorno delimitada pelo **Decreto 24.133 de 27/04/04**.

Esta área engloba, além do terreno do colégio, a Praça Corumbá e as ruas Andrade Neves e Visconde de Cabo Frio e apresenta tipologias variadas, datadas das primeiras décadas do século XX, concentrando um pequeno conjunto de edifícios de três e quatro pavimentos, cuja escala se relaciona com as construções do conjunto tombado voltadas para a praça. Também algumas edificações residenciais de dois pavimentos, remanescentes da época do loteamento da antiga chácara, podem ser observadas, sua maioria de arquitetura eclética e contribuem para a manutenção da ambiência do entorno da praça.



Preservados

Praça Barão de Corumbá: 17, 49; 12, 50
Rua Andrade Neves: 75; 46, 92, 102, 104
Rua Homem de Melo: 3, 13; 6, 20, 32, 44
Rua Visconde de Cabo Frio: 29, 39; 30, 52



Tutelados

Rua Andrade Neves: 197, 209, 213; 206
Rua Visconde de Cabo Frio: 33; lote 02
(desmembrado do PAL 44.904); 40





Vilas denominadas Avenida Mariana e Avenida Anna, na Rua Barão de Mesquita, 117, 119, 125 e 127 - Tombamento em 06/11/1996 - Dec. 6.255/96. Projeto de Antonio Jannuzzi (M)



Colégio Baptista Shepard, na Rua José Higino, 416 - Tombamento em 27/12/2000 - Dec. 19.342/2000 (M)





Imagem sem valor legal. Para informações consulte o IRPH.

1 Área de Entorno do Colégio Militar

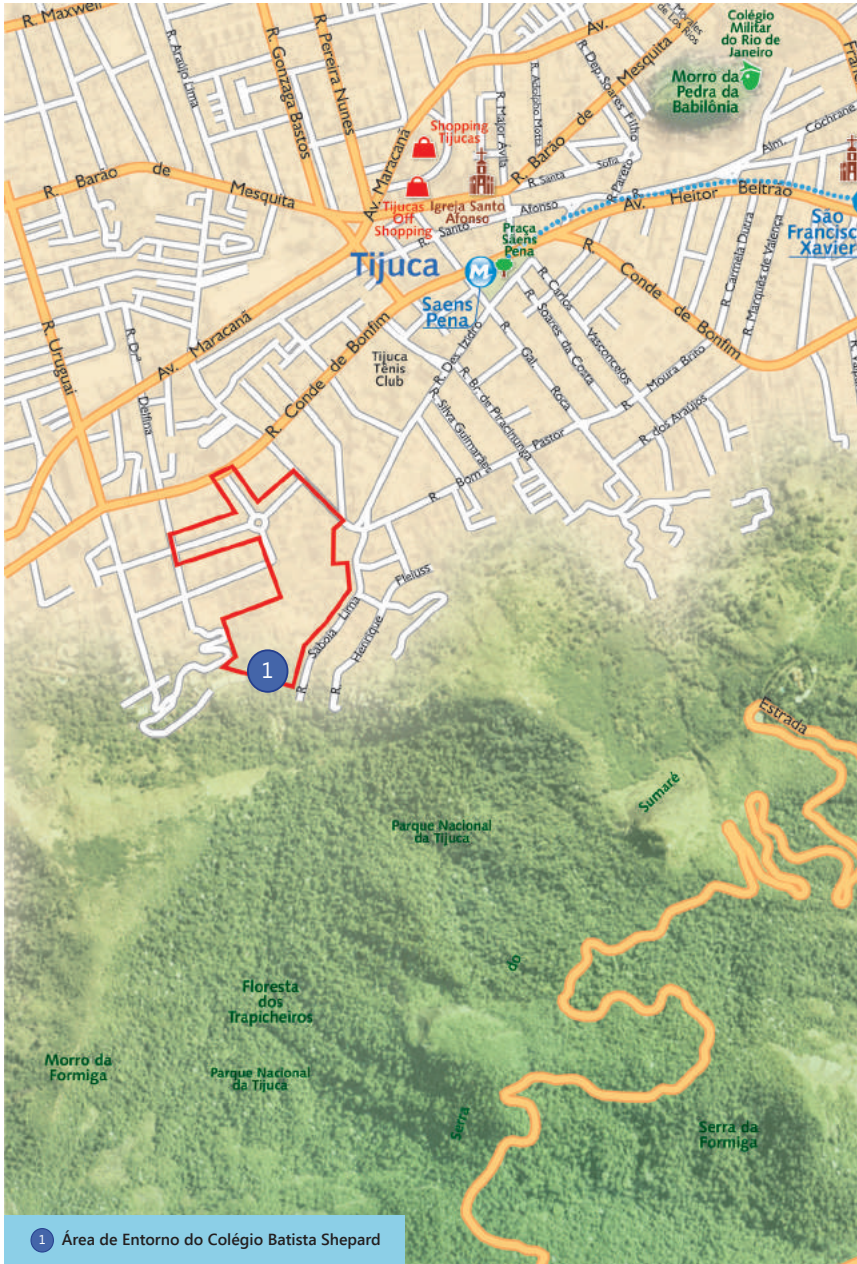


Imagem sem valor legal. Para informações consulte o IRPH.

1 Área de Entorno do Colégio Batista Shepard